



Tanto faz

Não se reescreve uma narrativa de 2 mil anos da noite para o dia

"The Papacy is not other than the Ghost of the deceased Roman Empire, sitting crowned upon the grave thereof."
Thomas Hobbes, *Leviathan* (1651)

"- Será que hoje chove ou faz sol?" - Pergunta mecanicamente a enfermeira, tentando ser cortês ou seguir os protocolos "humanistas" dos hospitais, ao paciente alquebrado, engessado, entrevado na cama, que responde, com cômica sinceridade: "- Tanto faz." Esse é o diálogo travado em uma das melhores propagandas comerciais da atual televisão brasileira - pródiga, há que dizer, nas láureas de festivais internacionais de propaganda. Se me perguntassem, neste momento, o que representa para a História mundial a eleição do cardeal alemão Joseph Ratzinger para o mais alto posto da Cristandade, sucedendo ao pontificado de 26 anos do polonês Karol Wojtyła, acho que não daria resposta muito diferente da do enfermo. Fumaça branca ou preta? Ultraconservador ou progressista? Radical ou moderado? Bento ou Benedito? Dezesseis ou décimo sexto? Revigorada preocupação social ou retorno às tradições? A espetacularização midiática da sucessão papal parece ter-nos cegado para um detalhe: a *Romana Ecclesia* existe, com a sua essência mais ou menos inalterada, há 2 mil anos.

"Sob pena de perder alcance no mundo, a Cúria Romana parece em estado de alerta para um outro perigo: o de que, no afã de acompanhar a roda viva da Modernidade, a Igreja do amanhã se transforme na ex-Igreja."

As bases políticas da Cristandade

O homem que acredita sempre estar posicionado no "olho do furacão", em meio a uma grande "transição", a protagonizar um estágio "*sui generis*" da História da humanidade, poderá frustrar-se com as linhas seguintes. Se assim for, paciência... Ao tratar de um assunto com tamanha centralidade (e longevidade) no temário político ocidental, é razoável que regressemos um pouco no tempo.

O sentido do pensamento cristão na tradição política ocidental reside não tanto naquilo que ele tinha a dizer sobre a ordem política, mas, principalmente, no que agregava à ordem religiosa. Isso porque a Cristandade obteve êxito onde os Helênicos falharam, criando uma nova e mais poderosa idéia de *comunidade*. Embora a natureza dessa comunidade contrastasse abertamente com os ideais clássicos,¹ e o seu propósito histórico atravessasse o tempo e o espaço, ela continha em si germes de *solidariedade* e de *inclusão*, que deixariam duradoura marca - nem sempre para o bem - no pensamento do Ocidente. A difusão acelerada do cristianismo e a evolução do seu complexo institucional foram acompanhadas por

* Agradeço imensamente a leitura e os instrutivos comentários a este texto do colega de expediente e amigo Leonardo César Ramos.

¹ No dizer de Santo Agostinho, a Cristandade não era uma "comunidade", mas uma "fraternidade".

uma politização da Igreja, perceptível no comportamento e na linguagem, cuja seqüela mais inesperada foi inculcar continuamente nos povos os padrões de educação política. A própria noção de "civilidade", base para a compreensão dos direitos civis hodiernos, é um legado da Igreja Cristã Romana. Chega a ser irônico, no entanto, o fato de a Cristandade ter sido cobrada por esse desvio na direção da política. A perda de vigor religioso veio acarretar, como todos bem sabemos, a Reforma Protestante (e uma série de outras pequenas rupturas no curso da História). O resultado desse processo milenar é a tensão, agora bem perceptível, entre as realidades não-transfiguradas da existência sociopolítica e a promessa de "céus e terras onde habitam os justos"...

Lições de gestão adaptativa

Relatam os historiadores que, com o passar dos anos e o vaivém da vida política, a Igreja tratou de recorrer a novas categorias e métodos para adequar-se a sua (alargada) base de fiéis. Por volta do segundo século da "Era Cristã", a Igreja já havia deixado de ser uma frouxa associação de crentes, vinculada pelos laços da doutrina dos primeiros apóstolos, para tornar-se uma ordem institucionalizada. Nomearam-se os primeiros "oficiais", em bases regulares; o credo fez-se mais formalizado; desenvolveu-se um sistema hierárquico; havia uma imensidão de aspectos a ser gerida; e alguma medida de unidade deveria ser atingida entre as diversas igrejas. A mudança da vida religiosa espontânea para a formalidade da *polity* eclesiástica testemunhava que a lógica da ordem, bem como o fervor da fé, tinha os seus próprios imperativos.²

Cipriano (aprox. 200-258 d.C.), um advogado famoso por seus talentos na administração, convertido ao cristianismo romano, depois feito bispo, chegou a sugerir, a respeito da natureza dos procedimentos da Igreja:

*Age has succeeded age, bishop has followed bishop, and the office of bishop and the principles of church government have been handed down, so that the Church is established on the foundations of bishops, and every act of the Church is directed by those same presiding officers.*³

Embora a esplendorosa evolução da fé cristã fosse creditada à operação do Espírito Santo sobre os espíritos humanos, nem o bispo Cipriano negaria a importância que os elementos administrativos exerceriam na trajetória da Igreja. Um dos efeitos colaterais dessa marcha foi a onda de dissensões

internas – coisa que os imperativos organizacionais não podiam tolerar. Os vocábulos "cisma" e "heresia" nasceram em meio à referida reformulação da fé cristã, condicionada pelos dilemas circulares típicos das decisões de cunho político. Os dissidentes alegavam que a verdadeira natureza da Igreja não podia ser compatível com os ditames organizacionais, ossificados numa estrutura hierarquizada, os quais favoreciam a disciplina e a uniformidade, em detrimento da pureza da doutrina. O *antipoliticismo* estava em evidência, também, durante o século IV, o que se podia perceber pela famigerada "controvérsia dos sacramentos". Além das querelas internas à Igreja, havia os conflitos ditos de "segunda ordem", que revolviam em torno de objetos de escassez: a demanda por cargos, honras e dinheiro. Contra essas ameaças, ressurgiu o discurso que enfatizava a importância da unidade. Ora: se o Espírito Santo é uno, ele não pode contemplar os que estão *fora da comunidade cristã*. Doravante, a Igreja começaria a desenvolver as suas próprias formas de controle sobre os seus membros, concebendo então a sua mais poderosa arma: a *excomunhão*.

Opostos que se atraem

A relação entre a "cidade dos homens" e a "cidade de Deus", entre os reinos da política e da religião, tem em Santo Agostinho o mais profundo teórico. Agostinho fez o esforço supremo de conciliar a identidade religiosa da Cristandade com as necessidades da política humana, forjando um dualismo bastante instrumental. *Grosso modo*, o intrincado padrão agostiniano de relacionamento entre a política e a religião - em intersecção, mas não se absorvendo mutuamente - foi elaborado para sinalizar que o "político" e o "espiritual" eram campos conceitualmente distintos, conquanto complementares em certos aspectos; e que mesmo que um pudesse beneficiar-se do outro, nenhum poderia buscar no outro a "redenção" nos seus próprios termos. Escrito de forma mais clara, porque membros da *civitas terrena*, os homens só poderiam ser julgados conforme as leis humanas; na condição de aspirantes à *civitas dei*, os homens deveriam buscar a "salvação" nos conformes da fé cristã. As duas esferas não se confundiam.

Agostinho não estava a teorizar precisamente sobre comunidades políticas em específico, tampouco sobre o complexo institucional da Igreja. Adepto dos simbolismos, o filósofo nascido no norte da África imaginara duas categorias abstratas, pretensamente universais, diametralmente oponíveis entre si. Essas duas "cidades" agostinianas encontravam a sua expressão física justamente na ordem política, o plano intermediário onde as duas simbologias antitéticas se mesclavam. O ideal da *civitas dei* não negava a sociedade política, mas buscava aperfeiçoá-la, no rumo da

² Sheldon Wolin, *Politics and Vision*. Boston: Little, Brown and Company, 1960, p. 106.

³ Citado em Wolin, *op. cit.*, p. 108.

doutrina de Cristo. O resultado desse engenho filosófico, como se era de prever, foi a harmonização da convivência entre reis e papas. A estes, caberia a *auctoritas* (a autoridade moral e religiosa); àqueles, a *potestas* (o poder material, o império).

Ainda no início da Idade Média, Igreja e Império, poder transcendente e poder mundano, se entrelaçaram. O embrião da atual Europa surge em tal contexto, nele encontrando terreno fértil para proliferar. O reinado de Carlos Magno é determinante para a compatibilização dos anelos religiosos e políticos. Vasto rol de autores começa a cogitar o advento de um *imperium christianum*, de um *regnum Europae*, ou, eventualmente, de uma *societas christiana*. Comum às dimensões política e religiosa, a sensação de pertencimento a um só corpo, e a certeza de que só além daquelas fronteiras traçadas pela fé e pela política, nunca aquém, poderiam alastrar-se as desafiadoras forças do paganismo, da heresia, do profano. A título de ilustração, talvez convenha relembrar a objeção de Edmund Burke à revolução na França que, segundo o pensador, afastavam-na da “grande comunhão política com o mundo cristão”. Ou, ainda, recordar a declaração sem rodeios do poeta alemão Novalis, para quem “A Europa é a fé cristã”.

O nascimento de um registro político-religioso

O pensamento cristão medieval passou por novas mudanças em suas formas de expressão. Progressivamente, a dúplice identidade da Igreja veio à tona: de um lado, o órgão governante da Cristandade; de outro, a sociedade de fiéis que, em sua unidade mística, propunha-se a seguir os ensinamentos de vida legados por Cristo. Essa dualidade, culminante na separação entre o “político” e o “religioso”, está na base da nova tradição que se constituía à época: a *Modernidade*. Sintomaticamente, são várias e célebres as dicotomias elaboradas nesse (ou em alusão a esse) período: “secular X espiritual”, “natureza X homem”, “fé X razão”.

Porém, a pretendida divisão estanque entre a Política e a Religião não deixou um campo infenso às influências do outro. No século XII, o corpo de escritos de Santo Tomás de Aquino trazia consigo indícios – hoje – surpreendentes do fenômeno a que me refiro. Independentemente do que se discutia, se a Divina Providência, o *status* dos anjos, o futuro da Igreja ou os sacramentos, a presença de um vocabulário essencialmente político era recorrente: “autoridade”, “poder”, “membro”, “comunidade”, “bem comum”, “lei” e “império” são exemplos de palavras que passaram a integrar o registro teológico da época. Até mesmo a noção de “ordem”, basilar ao pensamento tomista, herdada foi da Política.

Os casos de apropriação de vocábulos tipicamente políticos por religiosos não pararam por aí. Senão, observemos as seguintes passagens (de uma atualidade incontestável): “a *autoridade* do padre não repousa em uma base incerta de mérito pessoal, senão na mais *poderosa* instituição já criada no Ocidente”; “a *legitimidade* dos papas é considerada derivada do esforço pela *causa eclesiástica*”; “o *reinado papal* tem o seu escopo e as suas limitações definidos pelas *leis canônicas*”; “a Igreja requer a *obediência* dos seus *súditos*”... Citando Sheldon Wolin, “a Cristandade ensinou os homens a pensar politicamente”.⁴ Malgrado Política e Religião conformassem domínios autônomos de ação humana (algo que Maquiavel fez absoluta questão de reafirmar, no século XV), elas não poderiam, em qualquer tempo ou lugar, ser consideradas independentes uma da outra.

2005: uma odisséia no Vaticano?

Os relatos midiáticos, repletos de fatos e feitos extraordinários sobre a sucessão papal, mascaram uma tradição milenar, que se define, antes, por seus aspectos de *continuidade* e *reiteração* no tempo do que por elementos de *mudança* e *inovação*. O *conclave* (palavra correntemente em moda, recentemente adicionada aos editores de texto de uma geração de jovens redatores...), faz referência a uma prática que se repete há nada menos que 800 anos! A julgar pelas lentes de 2 mil anos de História, a sucessão de um papa é um evento corriqueiro, uma praxe que, desnudada de toda a carga ritualística e religiosa, faz lembrar a troca da guarda do Palácio de Buckingham: *as coisas mudam para permanecerem como estão...*

Se a história da Igreja Católica Romana é uma história de pequenas e grandes adaptações a fim de se assegurar a conservação da doutrina religiosa e, concomitantemente, manter-se de pé o complexo institucional referente à Cristandade, por que esperar guinadas substantivas com a elevação do cardeal Ratzinger ao trono papal? Decerto, elas não virão. E isso, ao que se faz crer, é decorrência menos do seu perfil pessoal e mais da incidência de uma forte tradição, que remonta ao apóstolo Pedro, o primeiro papa. Muito embora os cristãos estejam cada vez mais presentes no hemisfério Sul do globo terrestre, e a progressão do número de fiéis latino-americanos, africanos e asiáticos já supere – e muito – a dos europeus, nada parece apontar para um horizonte menos eurocêntrico do que o que tínhamos com João Paulo II.

No tocante às polêmicas do sexo e da bioética, não há espaço na doutrina religiosa para

⁴ *Op. cit.*, p. 139.

flexibilização. Bento XVI, um crítico ferrenho da globalização, tem-se postado abertamente contra o que chamou de "as tentações do mundo moderno".⁵ Convém lembrar que Robert Keohane, um teórico de certa envergadura das Relações Internacionais, tem defendido a idéia de um Vaticano mais democrático e transparente em sua teoria da "governança global".⁶ E ele não é o único a levantar tal bandeira. Entendo que há enorme equívoco nesse tipo de reivindicação. A Igreja é, e sempre foi, aristocrática. Só os melhores (os *aristoi*), aqueles considerados mais "aptos" a levar adiante a missão apostólica, conforme os critérios cientificamente imperscrutáveis do "Espírito Santo", poderão algum dia governá-la. De resto, está fundada na doutrina de fé e nos dogmas. As críticas ao culto do democratismo nas relações internacionais, tanto de Wojtyła⁷ como de Ratzinger⁸, estão onipresentes em seus escritos teológicos. Mulheres e leigos dificilmente serão alvos de grandes concessões, dada a tendência à conservação que ora emana de Roma. Bem assim, tenho motivos para crer que o ecumenismo religioso existirá, sob Bento XVI, apenas na proporção em que não acarretar "contaminações" do corpo de crenças e mandamentos da *Romana Ecclesia*.

O histórico equilibrismo entre a essência religiosa e a contingência sociopolítica é bem apresentado na síntese de Roberto DaMatta:

A Igreja tem sobrevivido justamente porque sabe dosar divergências com convergências. Não se pode ter uma igreja (ou um país) sem limites, já que é o limite que engendra o ideal: aquilo que poderia ou deveria ser. Do mesmo modo e pela mesma lógica, não se pode pensar a Igreja apenas como uma agência política, com metas imediatas. O dogma e a fé assumem o lado mais antipático da cultura e da sociedade: o fato de que

*todas as comunidades, antigas ou modernas, são constituídas em cima de escolhas e normas arbitrárias.*⁹

O eminentíssimo e reverendíssimo Joseph Ratzinger é, e não poderia deixar de ser, apenas a ponta de um mistério. A face humana e tangível de uma narrativa que se vem arrastando por 2 mil anos, e que hoje mobiliza nada menos que 1,1 bilhão de seres humanos. Defrontada com a ameaça de que os fiéis de hoje se tornem os ex-fiéis de amanhã – a velha alegação "progressista" de que o Vaticano (não o lugar, mas a instituição) há de se adequar aos valores praticados em seu tempo, sob pena de perder alcance no mundo – a Cúria Romana parece em estado de alerta para um outro perigo: o de que, no afã de acompanhar a roda viva da Modernidade, a Igreja do amanhã se transforme na *ex-Igreja*.

⁵ Cf. Luiz Felipe Pondé, "Teologia de Ratzinger é crítica à Modernidade" in: *Folha de São Paulo*, 24 de abril de 2005.

⁶ "The Vatican has a secretive, authoritarian structure, and is not very accountable to any human institutions or groups. The Church in a democratic society, such as the United States, has to be much more accountable if it is to retain the active allegiance of its members." Ver Robert Keohane, "Global Governance and Democratic Accountability" in: David Held & Mathias Koenig-Archibugi (eds.), *Taming Globalization: Frontiers of Governance*. Cambridge, Polity Press, 2002.

⁷ "Quando um Parlamento autoriza a interrupção da gravidez", declarou João Paulo II, "comete uma grave prepotência contra um ser humano inocente (...). Os Parlamentos que aprovam e promulgam semelhantes leis devem estar cientes de terem extravasado as próprias competências, pondo-se em aberto conflito com a lei de Deus e com a lei natural." Ele alerta que não se pode "canonizar" a democracia e diz que outras formas de governo, como aristocracia e monarquia, podem, "em determinadas condições, servir para a realização do objetivo essencial do poder, isto é, o bem comum", respeitadas as "normas éticas fundamentais". Em: *Memória e Identidade*, João Paulo II, Editora Objetiva, 2004.

⁸ "A sensação de que a democracia não seja ainda a forma justa da liberdade é bastante geral e se difunde cada vez mais. Quão livres são as eleições? Quão é manipulada a verdade por meio da propaganda, ou seja, através do capital de quem domina a opinião pública? Não existe talvez a nova oligarquia daqueles que determinam o que é moderno e progressista, o que deve pensar uma pessoa esclarecida? A crueldade desta oligarquia, a sua possibilidade de 'execuções' públicas, é conhecida faz tempo. Neste embaraço de poderes, emerge sempre mais ameaçador o problema da ingovernabilidade" (Joseph Ratzinger). Em: Revista *Veja*, 27 de abril de 2005, p. 75.

⁹ Roberto DaMatta, "Habemus Papam" in: *O Globo*, 27 de abril de 2005.